



HISTÓRIAS DE CONSCIÊNCIA

mulheres em movimento



Um dos caminhos usados para reafirmação das demandas e fortalecimento das lutas da população negra são os coletivos. Professoras, gestoras e representantes de comitês falaram sobre o assunto em um dos painéis do debate de ontem

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Vivemos em um país onde o racismo, muitas vezes, não é reconhecido. Por isso, as políticas de combate não são efetivas. Precisamos de ações afirmativas reais"

Joice Marques, gestora da Casa Akotirene



Estamos há mais de 200 anos atuando para frustrar esse projeto de desumanização. É tempo de debater a reparação e a reparação passa por não anistiar as violações"

Ana Flávia Magalhães, professora da UnB



Pesquisas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar no Brasil mostram que em um ambiente onde tem uma mãe de terreiro, uma zeladora ou uma ialorixá não há crianças desnutridas"

Janira Sodrê, representante da Marcha das Mulheres Negras



Nossos pais também fizeram tratos e acordos, porque sabiam que a revolução iria acontecer pela educação. É nesse movimento que a gente acredita"

Janaína Soares, decana de Extensão da UnB

A força das coletividades

» MILA FERREIRA
» LUIZ FELLIPE ALVES
» WALKYRIA LAGACI*
» MANUELA SÁ*

As discussões realizadas no *CB.Debate Histórias de Consciência: mulheres em movimento* enfatizaram uma questão em comum: a importância da coletividade na luta por igualdade racial e fortalecimento das demandas da população negra. Professoras, gestoras e representantes de comitês debateram o assunto em um dos painéis do debate de ontem e ressaltaram a importância da união de forças no combate ao preconceito e nas reivindicação de pautas comuns.

Joice Marques, gestora da Casa Akotirene, falou sobre a trajetória que a motivou a ocupar um local que, antes, não sabia que pertencia a ela. "Minha mãe cuidou de cinco filhos, sozinha. Viemos do Piauí para o Distrito Federal, pois ela buscava melhores condições de vida", contou. Na infância e na adolescência, Joice cresceu na periferia, presenciando situações diversas de discriminação e violência racial. Quando jovem, teve a oportunidade de conhecer diversas mulheres que a inspiraram. "Foi quando consegui me ver, porque fui ensinada a seguir o fluxo, não a dar novos passos", lembrou.

A gestora foi mãe solo aos 16 anos e, ao conhecer mulheres na mesma situação, teve esperanças. "Tinha um trabalho estável, onde meu filho se sentia seguro, e tive a honra de construir com mulheres do Distrito Federal o segundo Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Goiânia, que reuniu cerca de 2 mil mulheres negras de todo o Brasil", comentou.

Ela contou que, após o evento, percebeu que trabalhar atrás de telas, ajudando a construir os sonhos de outras pessoas, não era para ela, pois também tinha metas que buscava cumprir. "Pedi demissão do meu trabalho e chamei algumas parceiras de luta para ocuparmos o espaço e resistir nesse espaço. Foi quando começou a história da Casa Akotirene", relatou. "Nos entendemos como quilombo urbano, pela quantidade de corpos negros que passava por aquele espaço, criança, jovem, adolescente, adultos, idosos. A casa foi ganhando força, muita proporção, realmente", completou.



Há 2 mil denúncias de violação de direitos humanos por ano. Entre as quatro principais pautas, duas têm relação direta com as engrenagens da estrutura social do racismo"

Fábio Félix, deputado distrital



O que precisamos fazer é divulgar e educar, especialmente em direitos humanos. Essa educação deve começar cedo: desde a primeira infância, na escola, deve-se falar sobre igualdade"

Roberto Caldas, jurista e advogado

Por conta de tudo que já presenciou, ela percebe que o país ainda está muito longe de alcançar a igualdade racial, visto que o racismo é uma questão estrutural. "Vivemos em um país onde o racismo, muitas vezes, não é reconhecido. Por isso, as políticas de combate não são efetivas. Precisamos de ações afirmativas reais, que sejam implementadas e mantidas ao longo do tempo", afirmou.

Reparação

Historiadora e professora da Universidade de Brasília (UnB), Ana Flávia Magalhães destacou a importância da reparação histórica para que a população negra ocupe o espaço merecido na sociedade e frustre o que ela chamou de "projeto de desumanização".

"Estamos há mais de 200 anos atuando para frustrar esse projeto de desumanização. É tempo de debater a reparação e a reparação passa por não anistiar as violações que têm sido naturalizadas e legitimadas há séculos", ressaltou em sua fala durante o painel.

Ana Flávia enfatizou a relevância da mulher negra na sociedade. "Mulheres negras têm papel decisivo na movimentação de suas comunidades" afirmou. "O Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano. Precisamos pensar a popula-

ção a partir de raça e de gênero, e as mulheres negras são o maior segmento", assinalou.

Dignidade

A representante do comitê nacional da Marcha das Mulheres Negras, Janira Sodrê, caracterizou o movimento como uma oportunidade de mostrar que "nós, mulheres negras, somos múltiplas e ocupamos muitos lugares".

Janira destacou em sua fala o bem-viver, trazendo ancestralidade, memória afetiva e ponderações sobre a vulnerabilidade dos corpos negros. Ela traçou um paralelo entre uma memória de sua mãe cozinhando e a insegurança alimentar. "Eu me lembro que minha mãe sempre colocava uma pimenta biquinho e um ramo de coentro no arroz branco, para dar uma dignidade poética de uma qualidade de vida em um ambiente de escassez material, porém, de muita profundidade espiritual", afirmou.

Ela reforçou o importante papel da governança de mulheres negras em comunidades. "Pesquisas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar no Brasil mostram que em um ambiente onde tem uma mãe de terreiro, uma zeladora ou uma ialorixá não há crianças desnutridas nessas comunidades", ressaltou.

Para ela, há um legado de dignidade humanitária das mulheres

negras. "Esse cuidado e esse zelo podem ser inspirações para a perspectiva que nós temos e potencializar ainda mais as reflexões do bem-viver", frisou.

Educação

Janaína Soares, decana de Extensão da Universidade de Brasília (UnB), destacou em sua fala a importância de mulheres negras ocuparem espaços na educação e o valor que há em "passar pelos corredores da universidade e se ver". De acordo com a docente, essa experiência é fruto da luta de gerações.

A decana se lembrou das conquistas no espaço universitário: "Tenho 17 anos de universidade. Hoje, a gente encontra nas formaturas, nas colações de grau, nos auditórios e no centro comunitário, que cabe em uma média de 2 mil pessoas, gente de todas as cores. Isso quer dizer que as políticas públicas têm alcançado espaços e resultados".

Para Janaína, é importante reconhecer o que gerações passadas alcançaram. "Nossos pais também fizeram tratos e acordos, porque sabiam que a revolução iria acontecer pela educação. É nesse movimento que a gente acredita", acrescentou.

Ela falou, ainda, sobre atos simples de mulheres negras que são considerados revolucioná-

rios, marcas do racismo estrutural. "Venho da geração que tinha que alisar o cabelo. Miscigenada, filha de indígena com negro, é impossível você se apresentar com o cabelo do jeito que quer. São códigos que, uma vez que a gente opta por não obedecê-los, estamos transgredindo", afirmou.

Discriminações

O deputado distrital Fábio Félix (Psol) também participou do debate e reforçou a importância de combater a violência policial. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), ele destacou a urgência em combater violências cometidas contra a população negra.

"Há 2 mil denúncias de violação de direitos humanos por ano. Entre as quatro principais pautas, duas têm relação direta com as engrenagens da estrutura social do racismo. Temos 800 mil pessoas presas neste país. Isso é algo direcionado à juventude negra brasileira", afirmou.

Ainda sobre violência, Félix falou que a juventude negra é o principal alvo. "Há um aumento de dados de violência policial no Distrito Federal. E são os jovens negros os mais vulneráveis devido à falta de acesso à política pública e à política social", ressaltou.

Jurista e advogado, Roberto Caldas enfatizou que a discriminação racial persiste em todas as esferas da sociedade, inclusive, no âmbito judicial. "O acesso e a saída de mulheres negras na Justiça é mais difícil", frisou.

Segundo Caldas, no mundo trabalhista o preconceito racial é notório. "No ambiente de trabalho, a discriminação é porta de entrada", ressaltou. Para exemplificar, ele lembrou o caso de Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira Gomes. "Essas mulheres tiveram uma entrevista de emprego marcada, mas, ao chegar ao local, as informaram que as vagas já haviam sido preenchidas. No entanto, uma mulher branca chegou depois e foi contratada", contou.

Para o juiz, o exemplo demonstra um preconceito estrutural persistente na sociedade brasileira, que deve ser combatido no âmbito educacional. "O que precisamos fazer é divulgar e educar, especialmente em direitos humanos. Essa educação deve começar cedo: desde a primeira infância, na escola, deve-se falar sobre igualdade, acesso e sobre garantir oportunidades para quem não tem, por exemplo, condições de estudar em uma escola particular com melhores recursos", concluiu.

***Estagiárias sob supervisão de Eduardo Pinho**